

# **A PARADIPLOMACIA EM SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA (2017- 2023)**

Luiz Eduardo Queiroz da Silva<sup>1</sup>

Leticia Talita Brazão Picanço<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do Amapá em negociações de saúde com a Guiana Francesa, entre os anos de 2017 a 2023, partir da inauguração da ponte binacional, que tinha como principal objetivo fortalecer e simplificar ações na fronteira. No campo das relações internacionais, a atuação de atores subnacionais, como estados federados, no cenário internacional é frequentemente denominada paradiplomacia. O objetivo desta pesquisa é analisar as ações paradiplomáticas voltadas à saúde na fronteira. Sugere-se que, apesar da melhoria no acesso físico, às políticas de saúde pública não foram integradas adequadamente. A metodologia utilizada foi a análise documental, abrangendo Portais de notícias oficiais, obras científicas, sites, livros etc., com base na Teoria da Interdependência. Destaca-se que, embora a mobilidade tenha aumentado, as lacunas nas políticas de saúde persistem, necessitando de um esforço conjunto para enfrentar desafios comuns. Nossa principal conclusão é que a falta de um sistema integrado de informações e políticas públicas limitou a eficácia das ações de saúde na fronteira, resultando em desigualdades no acesso aos serviços. Enfatiza-se a importância da cooperação transfronteiriça para promover ações integradas que beneficiem as populações dos dois lados da fronteira, sugerindo que mais iniciativas são necessárias para melhorar a resposta a crises sanitárias.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia; Saúde; Fronteira; Amapá; Guiana Francesa.

## **INTRODUÇÃO**

A paradiplomacia é um fenômeno que envolve a atuação internacional de entidades subnacionais em busca de desenvolvimento e cooperação com outros países. Nesse contexto, o estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil, tem se destacado por sua fronteira

---

<sup>1</sup> Discente do curso bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Federal do Amapá

<sup>2</sup> Docente do curso bacharelado em Relações Internacionais na Universidade Federal do Amapá

com a Guiana Francesa, um departamento ultramarino da França. Entretanto, no caso do Brasil, o país não prevê em sua Carta Magna a atividade paradiplomática por parte dos entes federados, porém, ela é uma realidade que tem se desenvolvido sem que os governos subnacionais rompam com a Constituição brasileira, à qual se encontram submetidos. A paradiplomacia é um campo que se mostra atrativo, em especial para regiões que se caracterizam por serem áreas marginalizadas do ponto de vista das políticas de gestão territorial nacional e/ou isoladas geograficamente.

A paradiplomacia no âmbito da saúde na fronteira franco-brasileira tem sido um campo de atuação importante para o Amapá e a Guiana Francesa. Em 2016, discussões sobre a assinatura de um termo de cooperação técnica para desenvolver ações em saúde na região de fronteira foram realizadas entre o Amapá e a Guiana Francesa. Em 2017, a inauguração da ponte binacional sobre o Rio Oiapoque marcou um momento importante na história da fronteira, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias entre os dois países. Logo, a cooperação transfronteiriça em saúde é um exemplo da paradiplomacia em ação. Ainda em 2017, reuniões foram realizadas para redefinir os termos da pactuação transfronteiriça para atendimentos de saúde.

O presente estudo tem como objetivo analisar como o estado do Amapá atuou como ator principal em negociações e ações, junto a Guiana Francesa, no âmbito da saúde entre os anos de 2017 a 2023, a partir da inauguração da ponte binacional, que tinha como principal objetivo fortalecer e simplificar ações na fronteira. Para isso, fez-se uso da análise documental como principal abordagem metodológica. A hipótese a ser testada é que, embora a construção da Ponte Binacional Franco-Brasileira tenha melhorado em partes o acesso físico entre Brasil e Guiana Francesa, ela não foi acompanhada por um fortalecimento das iniciativas de paradiplomacia em saúde.

A Ponte da Integração entre Brasil e França concluída em 2011, mas inaugurada apenas em março de 2017 devido a atrasos, representa um importante marco na integração física e institucional da fronteira entre os dois países. Sua construção foi motivada mais por razões geopolíticas do que econômicas, visando fortalecer os laços entre as nações. Um passo crucial para viabilizar a operação da ponte foi o acordo bilateral sobre transportes assinado em 2014, que estabeleceu as bases legais para o trânsito transfronteiriço. Apesar desses avanços, a ponte enfrenta desafios em sua utilização efetiva, com fluxos de pessoas e mercadorias abaixo do esperado, possivelmente devido à infraestrutura inadequada nas áreas próximas e à

persistência de entraves burocráticos nas operações transfronteiriças.

Além disso, utilizou-se da Teoria da Interdependência, que oferece uma base sólida para entender a paradiplomacia nas fronteiras, especialmente no contexto da saúde, onde os atores subnacionais exercem sua autonomia para se engajar em relações internacionais. Essa autonomia é vital, pois permite que essas entidades estabeleçam parcerias transfronteiriças para enfrentar desafios. No cenário da saúde, a paradiplomacia se torna crucial, pois possibilita a cooperação entre regiões que compartilham desafios comuns, como doenças e emergências sanitárias, promovendo ações integradas que beneficiam a população em ambos os lados da fronteira.

A falta de um sistema integrado de informações e políticas públicas conjuntas limitou a eficácia das ações de saúde na fronteira, resultando em uma resposta inadequada a crises sanitárias e na manutenção de desigualdades no acesso aos serviços de saúde entre as populações dos dois países. A construção da Ponte Binacional Franco-Brasileira, embora tenha facilitado a mobilidade e o acesso aos serviços de saúde, não garantiu uma integração efetiva nas políticas de saúde pública, resultando em lacunas.

## **DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

A presente pesquisa adotou a metodologia de análise documental como principal abordagem metodológica. Segundo Cellard (2008, p. 303), “a análise documental permite ao pesquisador acessar um amplo leque de informações dispersas em diferentes fontes, tais como documentos escritos, iconográficos, audiovisuais, entre outros”.

Neste estudo, foram analisados os seguintes tipos de documentos: Legislação e normas técnicas relacionadas ao tema da pesquisa; Relatórios e publicações de órgãos governamentais; Artigos científicos publicados em periódicos da área; Livros e capítulos de livros sobre o assunto. O levantamento e seleção dos documentos relevantes foram realizados por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, como Scielo, Scopus e Web of Science, utilizando palavras-chave relacionadas ao objeto de estudo, como “Paradiplomacia”, “Fronteira”, “Amapá”, “Guiana Francesa”, “Saúde” e “Cooperação Internacional”. Além disso, foram consultadas as referências bibliográficas dos documentos inicialmente selecionados, a fim de identificar outras fontes potencialmente relevantes.

A análise dos documentos seguiu as seguintes etapas: Leitura exploratória do material, para identificar os temas e informações mais relevantes; Leitura analítica, com o objetivo de

extrair e organizar as informações necessárias para responder aos objetivos da pesquisa; Síntese e interpretação das informações coletadas, buscando estabelecer relações e padrões que permitissem a construção de uma visão abrangente sobre o tema.

Dessa forma, a análise documental possibilitou a obtenção de um panorama amplo e aprofundado sobre o objeto de estudo, com base em diversas fontes de informação, sendo elas: Portais oficiais (Governo do Amapá e Governo Federal), obras científicas, a exemplo a dissertação de Fabíola Gonçalves “A atuação internacional do Estado do Amapá: Um estudo das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (1997-2019)”, sites, livros etc.

## **PARADIPLOMACIA: UMA ABORDAGEM INOVADORA PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A partir das mudanças ocorridas ao longo do século XX, como a intensificação dos processos de globalização econômica, política, social e cultural; integração regional e a crescente interdependência global, novos atores emergiram atuando e influenciando na esfera internacional, tais como governos subnacionais, corporações transnacionais, sindicatos, fundações, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, entre outros. Boaventura Santos (2002, p.26) aponta que “uma revisão dos estudos sobre os processos de globalização mostra-nos que estamos perante um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.

A intensificação desses processos relativizou a noção de soberania dos Estados-Nação, que até então eram ,os atores centrais atuando no cenário internacional, e afetaram sua condição de gestão. Com isso, surgia a paradiplomacia, como uma resposta às crises de governança e à falta de confiança na capacidade dos Estados de governar o mundo, sendo assim, os governos aprenderam a governar o mundo, mas precisavam de ajudantes, incluindo a sociedade civil e outros atores neste cenário.

Essa nova configuração do cenário internacional, emergem os entes subnacionais que, em maior ou menor grau, se lançam em ações externas buscando obter ganhos em diversas esferas para suas localidades e/ou regiões. Segundo Vigevani (2017),

Ao longo da década de 1990 a participação de atores subnacionais nas relações internacionais ganhou uma relevância até então inexistente. A formulação conceitual para tal fenômeno remonta a década de 1980, mas foi nos anos de 1990 que a literatura especializada ampliou a definição de paradiplomacia para indicar a participação de outros atores estatais, que não o Estado nacional, na ação internacional (Vigevani, 2017, p. 83).

Nesse período, diversos fatores contribuíram para o fortalecimento da paradiplomacia, como a redemocratização de países, a descentralização política e administrativa, a globalização econômica e a integração regional. Governos subnacionais, como estados e municípios, passaram a atuar diretamente no cenário internacional, estabelecendo escritórios de representação no exterior, realizando missões governamentais, participando de feiras e eventos internacionais, entre outras atividades.

Os autores Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos foram os que conceberam nos anos de 1986 e 1990, no contexto da Guerra Fria e no processo de globalização, o conceito de “paradiplomacia”, um neologismo do termo “diplomacia paralela”, junção do prefixo “para” e “diplomacia”.

A paradiplomacia permitiu que esses atores promovessem seus interesses específicos no ambiente internacional, como atração de investimentos, fomento ao comércio exterior, cooperação técnica e cultural. Inicialmente, Duchacek utilizava o termo “microdiplomacia”, posteriormente adotou “paradiplomacia”; evidências amplamente divulgadas e aceitas no discurso acadêmico norte americano indicam que o termo tenha sido cunhado primeiramente por Soldatos (Junqueira, 2018; Kuznetsov, 2015).

A paradiplomacia surgiu como uma forma de os governos subnacionais participarem nas relações internacionais e perseguirem os seus próprios interesses, em áreas como comércio, investimento, cultura e meio ambiente. A paradiplomacia ganhou destaque no Brasil nos últimos anos. Impulsionado por fatores como a globalização, a descentralização e crescente importância das cidades na economia global, esta forma de diplomacia permite que cidades e estados se envolvam em relações internacionais, procurando oportunidades de cooperação e desenvolvimento para além das fronteiras nacionais.

O contexto histórico do federalismo no Brasil (1889) é relevante para a compreensão do surgimento da paradiplomacia. O país tem uma longa história de centralização, mas nas últimas décadas tem ocorrido uma tendência para a descentralização, com os governos subnacionais ganhando mais autonomia e responsabilidades, e este processo criou oportunidades para que cidades e estados se envolvessem em relações internacionais e

buscassem os seus próprios interesses.

Embora a paradiplomacia ofereça oportunidades para os governos subnacionais prosseguirem os seus próprios interesses, também apresenta desafios e limitações. Estes incluem tensões com o governo nacional, questões de coordenação entre diferentes níveis de governo e a necessidade de recursos e conhecimentos especializados para se envolver eficazmente nas relações internacionais.

A Catalunha atualmente passa por um processo separatista, onde tem buscado estabelecer suas próprias relações internacionais e promover sua cultura e economia globalmente. No entanto, Figueiredo, Morais e Rossettiessa (2017, p. 1) destacam que “essa atuação tem gerado tensões com o governo central espanhol, que vê essas iniciativas como uma ameaça à unidade do país, além de complicações na coordenação de políticas entre as autoridades catalãs e o governo nacional”<sup>3</sup>. No Brasil, os Artigos 21, 25 e 84 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CF-1988), contém incisos e itens explicitamente com tais atributos:

Art. 21. Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais. Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotaram, observando os princípios desta Constituição. § 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição. Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar nos seus representantes diplomáticos; VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

Os artigos 21, 25 e 84 da CF-1988, ao definirem as competências da União e a autonomia dos Estados, estabelecem um quadro normativo que, por um lado, centraliza a política externa ao atribuir à União a responsabilidade de manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais, reforçando a ideia de que a política externa é uma prerrogativa do governo federal e, por outro, abre espaço para que os entes subnacionais se engajem em iniciativas de paradiplomacia através dessa descentralização com a atuação desses atores subnacionais. Essa dualidade é crucial para entender como os interesses locais podem ser articulados no cenário internacional, ao mesmo tempo em que se busca garantir a coesão da política externa brasileira.

## **O PROTAGONISMO DE ATORES SUBNACIONAIS EM AÇÕES INTERNACIONAIS**

---

<sup>3</sup> Visto em: <<https://www.politize.com.br/catalunha-movimento-separatista-espanha/>>. Acesso em: 16 de outubro. 2022.

A paradiplomacia, ou a atuação internacional de governos subnacionais, tem sido utilizada para promover a cooperação em diversas áreas, como meio ambiente, educação, cultura, esportes e saúde. Esses acordos de cooperação descentralizada envolvem a troca de conhecimentos e recursos entre cidades e regiões com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local. No entanto, a paradiplomacia enfrenta desafios, como a necessidade de uma maior coordenação com a diplomacia do governo central, a capacidade institucional e técnica dos governos locais, a regulamentação e o marco legal, e a mensuração de resultados e impactos. Apesar disso, a atuação internacional de estados e municípios tem se fortalecido, com exemplos de sucesso em cidades como Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Blumenau.

A paradiplomacia tornou-se um aspecto importante das relações internacionais no Brasil, permitindo que cidades e estados busquem seus próprios interesses e se envolvam em projetos de cooperação e desenvolvimento além das fronteiras nacionais. A teoria da interdependência, especialmente na sua vertente liberal, destaca como os atores não estatais e subnacionais, como estados, províncias e cidades, podem influenciar as relações internacionais e desempenhar um papel ativo na diplomacia. Segundo Keohane e Nye (1977, p. 8), "Interdependência implica discutir diferenças entre os atores; não apenas estão conectados, mas suas decisões afetam uns aos outros."

Alguns pontos que elencam essa relação entre a teoria e a ação paradiplomática seriam as Conexões Transnacionais, onde a interdependência sugere que as relações internacionais não são exclusivas entre Estados soberanos. A paradiplomacia permite que entidades subnacionais formem vínculos diretos com atores internacionais, facilitando a cooperação em questões como comércio, meio ambiente e segurança; A Redução de Barreira, em que a teoria enfatiza que a globalização e a interconexão entre economias e culturas permitem que regiões e cidades busquem seus próprios interesses fora do controle centralizado do Estado. Isso é um reflexo da crescente autonomia das entidades subnacionais; E o Ativismo Local, reconhecendo o papel crescente de atores não estatais, incluindo organizações da sociedade civil e empresas, e a paradiplomacia se encaixa nesse cenário, permitindo que cidades e regiões se tornem protagonistas nas relações internacionais.

A Teoria da Interdependência oferece uma estrutura analítica valiosa para entender como a paradiplomacia opera dentro do sistema internacional contemporâneo. Ao reconhecer que as relações entre atores são complexas e multifacetadas, essa teoria ajuda a explicar como governos subnacionais podem influenciar as dinâmicas globais através da cooperação e do

engajamento em questões transnacionais. Assim, a interdependência não apenas molda as relações entre Estados, mas também permite que atores locais desempenhem papéis significativos na governança global.

A paradigmaticidade da atuação subnacional em cenários internacionais pode ser entendida como uma resposta à crescente complexidade dos problemas globais, que demandam ações integradas e localizadas. Governos subnacionais frequentemente possuem uma maior agilidade para responder a questões específicas, além de estarem mais próximos das realidades locais. Isso é evidenciado por sua capacidade de inovar e adaptar políticas públicas de maneira mais flexível e eficiente (Börzel, 2011).

A atuação dos atores subnacionais contribui para a diversificação das relações internacionais e para a promoção de políticas mais localizadas e inovadoras. Ao mesmo tempo, essas ações criam um nível de diplomacia, onde as regiões atuam não apenas como sujeitos internos de uma nação, mas como atores independentes com agendas próprias. Isso desafia a visão tradicional de soberania e centralidade do Estado e sugere uma nova era de governança multinível, onde decisões globais são moldadas a partir de uma combinação de interesses nacionais e subnacionais.

Com o crescimento contínuo de redes internacionais de cooperação subnacional, espera-se que o protagonismo de estados e cidades continue a influenciar a formulação de políticas e a construção de um sistema internacional mais complexo e interconectado. Como exemplo disso, temos Estados Unidos e Canadá, onde a Califórnia e províncias canadenses como Quebec têm políticas ambientais próprias e cooperam diretamente com países estrangeiros para implementar agendas climáticas globais e, no Brasil, Estados como São Paulo e Rio Grande do Sul desenvolvem políticas de atração de investimentos e têm representantes no exterior para promover suas economias locais e buscar cooperação técnica.

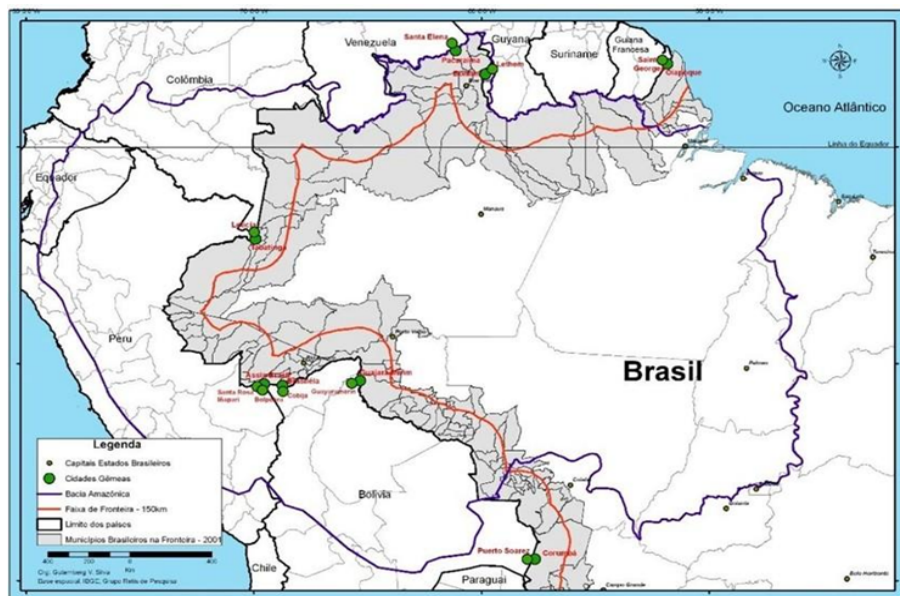
Apesar do crescente protagonismo, a paradiplomacia também enfrenta desafios. A coordenação entre diferentes níveis de governo e a necessidade de harmonização de políticas públicas podem ser obstáculos significativos. Além disso, a falta de recursos e conhecimentos especializados pode limitar a capacidade de ação de governos subnacionais (Börzel & Risse, 2016).

## **A PARADIPLOMACIA NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E FRANÇA**

As fronteiras brasileiras são regulamentadas pela Lei 6.634 de 02 de maio de 1979 e

pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980, onde se considera a faixa de fronteira como um polígono a partir da linha limítrofe do território brasileiro, em uma largura de 150 km ao longo de toda a fronteira terrestre. Essa área, onde estão situados 588 municípios, de 11 unidades da Federação, corresponde a 27% do território brasileiro, reunindo uma população aproximada de dez milhões de habitantes, considerando nove países da América do Sul e a Guiana Francesa (Brasil, 2005).

Figura 1- Fronteiras brasileiras



Fonte: SILVA e RÜCKERT, 2009 (apud SILVA, 2020)

Observa-se que a faixa de fronteira se refere a uma área convencional e estabelecida por normas do direito internacional, leis e constituições dos países envolvidos. E a zona de fronteira, segundo Machado, et al, (2005, p. 95) "é a extensão que envolve a soma territorial de duas faixas de fronteira adjacentes", ou seja, a zona de fronteira é mais ampla, pois envolve a soma da faixa de fronteira do país A com o país B.

A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, estabelecida pelo Tratado de Utrecht em 1713, que definiu o rio Oiapoque como o limite entre o Brasil e a França, conhecido como

Corredor Transfronteiriço, possui diversas características-chave que definem sua importância e potencial de desenvolvimento. Para localização, destaca-se a promoção da ligação entre a região amazônica e a Europa, tornando-a uma área crucial para o comércio e a integração.

Segundo o Portal do Governo do Amapá (2023)<sup>4</sup>, o Oiapoque, município amapaense situado no extremo norte do Brasil, com uma área de pouco mais de 22 mil km<sup>2</sup>, é a única cidade do Amapá que faz fronteira internacional, mais especificamente com a Guiana Francesa. Localizado à margem esquerda da foz do rio Amazonas, o Amapá possui limites com a Guiana Francesa ao norte, o Oceano Atlântico a leste, o Pará ao sul e oeste e o Suriname a noroeste. Cortado pela Linha do Equador, a maior parte do território do estado encontra-se no Hemisfério Norte, onde desfruta de localização privilegiada do ponto de vista estratégico em razão da proximidade com a região do Caribe, com os Estados Unidos e o continente europeu, sendo uma porta de entrada e saída da Amazônia.

Por outro lado, mesmo encravado em dois importantes domínios geopolíticos, o atlântico e o amazônico (Gomes Filho, 2011), o estado é isolado dos grandes centros econômicos e políticos do Brasil, sendo o único estado brasileiro sem ligação rodoviária com o restante do país. Nesse sentido, o Amapá assume uma particular condição estratégico-periférica no espaço geográfico (Porto, 2011; Superti e Silva, 2015).

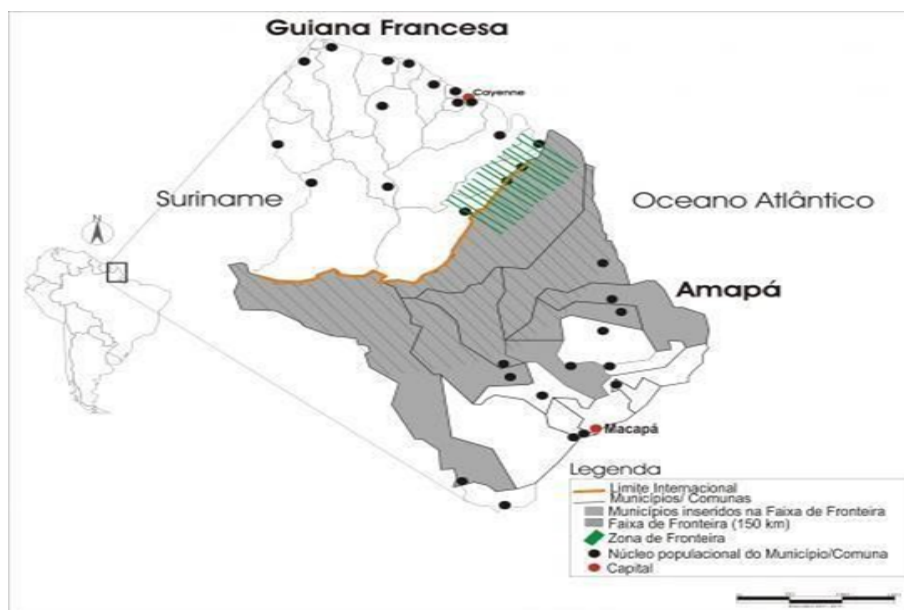
A Guiana Francesa, desde 1946, se configura como um Departamento Ultramarino Francês, logo, subordinado à França. Além disso, é integrante da União Europeia, mesmo que localizada na América do Sul. As principais atividades econômicas desenvolvidas no território são o extrativismo animal, por meio da pesca e o extrativismo mineral.

A fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, com uma extensão total de 730,4 km, é uma das características geográficas mais interessantes e significativas da região. Esta fronteira é composta por 427,2 km de cursos d'água e 303,2 km de divisor de águas, o que a torna não apenas a segunda menor fronteira terrestre do Brasil, mas também a maior fronteira terrestre da França com qualquer outro país. Essa configuração geográfica tem implicações profundas em termos de relações bilaterais, comércio, ecologia e segurança.

Figura 2 - Localização do Amapá e Guiana Francesa

---

<sup>4</sup> Visto em: <<https://www.portal.ap.gov.br/conheca/oiapoque>>. Acesso em: 16 de setembro. 2023.



Fonte: SILVA e RÜCKERT, 2009 (apud SILVA, 2020)

As relações internacionais entre Brasil e França, no que se refere à cooperação transfronteiriça, foram delineadas ao longo da década de 1990, tendo maior intensificação em 1996, devido à assinatura do Acordo-Quadro, que contou com representantes de Estado dos países supramencionados. Esse acordo propiciou o surgimento de várias iniciativas, como a proposta de construção de uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá (Brasil) à Guiana Francesa (França). Segundo Julia Ignacio (2020, pág 1)<sup>5</sup>:

Algumas estratégias seriam: “Estabelecimento de vínculos para promoção de interesses comuns; Criação de escritórios permanentes em cidades no exterior, com o objetivo de captar investimentos, promover o comércio e divulgar o potencial turístico do local; Assinatura de acordos e convênios no exterior com outros atores internacionais e Promoção da cooperação inter-regional e criação de associações inter-regionais transnacionais (Ignacio, 2020, p. 1).

Essas estratégias evidenciam como a paradiplomacia permite que estados e municípios atuem diretamente no cenário internacional, complementando ou até mesmo desafiando a diplomacia do governo central em determinados temas. Ao estabelecer parcerias e promover seus interesses específicos, os entes subnacionais buscam atrair investimentos, fomentar o comércio e o turismo, além de ampliar sua influência global.

Boaventura Santos (2002, p. 26) argumenta que “as políticas públicas direcionadas às fronteiras internacionais abrangem uma variedade de aspectos e interesses, incluindo legislações e elementos que compõem o espaço geográfico”. Essa diversidade resulta em uma

<sup>5</sup> Visto em: <<https://www.politize.com.br/paradiplomacia/>>. Acesso em: 30 de setembro. 2024.

dinâmica própria nas cidades fronteiriças, tanto em termos políticos quanto econômicos e de circulação de pessoas. O autor destaca que as interações entre as cidades fronteiriças têm ocorrido há décadas, mesmo sem o suporte institucional do Estado, manifestando-se através da integração fronteiriça como um instrumento essencial para a sua existência.

Com isso, a paradiplomacia entra como ferramenta base para mediar as relações informais entre o Amapá e a Guiana Francesa, adotando medidas e assumindo papéis de grande importância na economia regional. Esses agentes (estados e municípios) criam autonomia e Interdependência em relações internacionais, se tornando potências “subnacionais”, capazes de relacionar e cooperar com o mundo exterior. No caso do Amapá, o Oiapoque se tornou um ator independente para interagir com um país, inserido em outro bloco econômico, tendo em vista a necessidade de cooperação internacional para assegurar a segurança, bem-estar e o controle na fronteira com a Guiana Francesa.

Como exemplo, temos o Rio Grande do Sul que, conforme Nunes (2005) destaca em sua obra, foi um estado pioneiro na criação de estruturas institucionais para relações internacionais, buscando promover exportações e atrair investimentos. Sua atuação paradiplomática inclui a participação em negociações entre países do Cone Sul (Uruguai, Argentina e Chile) e a promoção de intercâmbios culturais e técnicos.

Essa colaboração também fortaleceu laços entre os locais, promovendo uma maior compreensão mútua e solidariedade diante de desafios globais. Além disso, a experiência adquirida pode servir de base para futuras parcerias em saúde, enfatizando a importância da cooperação internacional em situações de crise.

### **A PONTE BINACIONAL, UM SÍMBOLO DE INTEGRAÇÃO OU DE BARREIRA?**

A bacia do Rio Oiapoque se tornou estratégica tanto para o Amapá e Guiana Francesa quanto para Brasil e França, com dimensões de controle e cooperação. Em 1997, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac decidiram oficialmente pela construção de uma ponte binacional sobre o Rio Oiapoque, que iria redesenhar a circulação na região.

Apesar de concluída em 2011, a ponte só foi inaugurada em março de 2017, após alguns atrasos. Sua construção teve mais uma lógica geopolítica do que econômica, buscando integrar física e institucionalmente a fronteira. Em 2014, Brasil e França assinaram um acordo bilateral sobre transportes, abrindo caminho para a ponte.

Figura 3 - Ponte Binacional entre o Brasil e Guiana Francesa (2022)



Fonte: De autoria própria (2022)

Apesar das expectativas iniciais, a realidade atual da Ponte da Integração apresenta desafios significativos. Embora tenha sido inaugurada, a ponte ainda enfrenta questões relacionadas à sua efetiva utilização. A movimentação de tráfego, tanto de pessoas quanto de mercadorias, não atingiu os níveis esperados. Isso pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a falta de infraestrutura adequada nas áreas adjacentes e a burocracia que ainda permeia as transações transfronteiriças.

Uma reportagem realizada em 2019 pelo portal Seles Nafes<sup>6</sup> relatou que, por mês, 2 mil carros cruzavam a ponte binacional, entretanto, apenas 5 eram brasileiros, o que levanta questões sobre a efetividade da infraestrutura em promover a integração desejada. A ponte foi projetada para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social nas regiões fronteiriças. Contudo, a baixa utilização por parte dos brasileiros sugere que a ponte não cumpre plenamente seu papel como um facilitador de integração, beneficiando apenas um lado.

Além disso, as questões de segurança e controle nas fronteiras têm sido uma preocupação. A necessidade de garantir a segurança nas passagens e o controle de imigração tem dificultado a fluidez do trânsito na ponte. A pandemia de COVID-19 também impactou significativamente a movimentação, com restrições que limitam o fluxo de pessoas entre os

---

<sup>6</sup> Visto em: <<https://selesnafes.com/tag/ponte-binacional/>>. Acesso em: 28 de setembro. 2024.

dois países.

## **TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO POR MEIO DA COMISSÃO MISTA TRANSFRONTEIRIÇA FRANCO-BRASILEIRA (CMT) VOLTADAS A SAÚDE**

Historicamente, a falta de infraestrutura de saúde adequada e a carência de recursos nas regiões de fronteira têm sido obstáculos significativos para a prestação de cuidados adequados à população. Assim, a criação da Comissão Mista Transfronteiriça Franco-Brasileira - CMT se propôs a mitigar essas questões, promovendo um diálogo contínuo entre os dois lados da fronteira.

A CMT foi criada em 28 de maio de 1996, a partir do Acordo de Cooperação Franco-Brasileiro. Este órgão atua como o principal mecanismo de concertação entre o Brasil e a França em questões relacionadas à fronteira, promovendo a cooperação em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, cultura e relações comerciais.

A CMT reúne autoridades e representantes da sociedade civil de ambos os países para discutir e deliberar sobre demandas específicas que afetam a zona de fronteira. Recentemente, a comissão tem tratado de temas como a circulação de pessoas e mercadorias, migrações, segurança e o aumento da cooperação bilateral. Um dos objetivos principais da CMT é facilitar a integração e melhorar as condições de vida nas regiões de fronteira, que incluem a emissão de vistos e carteiras de circulação transfronteiriça. A comissão também busca resolver questões práticas que impactam a vida dos cidadãos que vivem nas áreas limítrofes, como a necessidade de simplificação de procedimentos de imigração e o fortalecimento de laços econômicos entre as comunidades.

A CMT é coordenada pelo Governo do Amapá, em parceria com o Itamaraty, e suas reuniões são fundamentais para a continuidade do diálogo entre os dois países, especialmente em um contexto onde há uma significativa presença de brasileiros na Guiana Francesa, representando cerca de um quarto da população local.

Segundo a dissertação de Fabíola Gonçalves (2022), em 2017 as reuniões do Comitê Gestor Transfronteiriço (CMT) evidenciaram avanços significativos, incluindo a proposta de criação do Plano Operacional de Saúde para o biênio 2017/2018, discutida em uma reunião em Oiapoque. O plano abrange questões como socorro de emergência em desastres e o combate a doenças zoonóticas, além de 14 projetos destinados à prevenção e promoção da saúde, buscando financiamento do Fundo Europeu. Essas iniciativas visam melhorar a

assistência à população da região de fronteira (GEA, 2017).

Dados do GEA indicam que, em 2019, 20 pacientes brasileiros receberam assistência médica no lado francês, enquanto 18 estrangeiros foram atendidos no Hospital de Oiapoque. Para melhorar a comunicação durante a transferência e o monitoramento dos pacientes entre os médicos dos dois lados, um termo foi assinado em dezembro de 2019, permitindo a disponibilidade de dois tradutores para facilitar a tramitação, especialmente do lado brasileiro (GEA, 2020).

Na XI Reunião da CMT, a última realizada pela Comissão em 2019, a Agência Regional de Saúde (ARS) da Guiana Francesa, órgão ligado ao Ministério da Saúde, em Paris, propôs que por um período de seis meses, equipes multiprofissionais (médicos, enfermeiros e técnicos) do Amapá e Guiana Francesa, responsáveis pelo transporte de passageiros, trabalhassem juntos, em situações reais, para o estabelecimento de protocolo. Para além de Saint-Georges, são comuns os casos de brasileiros atendidos no Hospital de Urgência e Emergência de Caiena, que se trata de uma unidade de grande porte. Do lado brasileiro, o órgão responsável será o SAMU e do lado francês uma equipe equivalente (GEA, 2019). Além disso, algumas outras das ações voltadas à saúde foram:

1. Campanhas de Vacinação Conjunta: A CMT tem promovido campanhas de vacinação que atendem tanto à população do Amapá quanto à da Guiana Francesa. Um exemplo notável foi a campanha de vacinação contra a febre amarela, que, devido à natureza da doença, requer uma abordagem coordenada. Em 2019, as equipes de saúde realizaram uma campanha simultânea que não apenas aumentou a cobertura vacinal em ambas as regiões, mas também reforçou a importância da vacinação como uma ferramenta de prevenção.

2. Integração dos Serviços de Saúde: Um dos objetivos principais da CMT é a criação de um sistema de saúde integrado. Isso envolve a troca de informações entre os serviços de saúde do Amapá e da Guiana Francesa, permitindo uma resposta mais eficaz a surtos de doenças. Por exemplo, em 2020, quando houve um aumento significativo de casos de dengue na região, as equipes de saúde de ambas as áreas se reuniram para compartilhar dados sobre epidemiologia e melhores práticas de controle, resultando em uma abordagem conjunta para o combate à doença;

3. Apoio na Gestão de Emergências Sanitárias: A CMT também se mobilizou para fortalecer a capacidade de resposta a emergências sanitárias. Durante a pandemia de

COVID-19, a comissão facilitou o intercâmbio de informações sobre protocolos de saúde e práticas de controle de infecções. Em 2020, as autoridades de saúde do Amapá e da Guiana Francesa colaboraram em uma campanha de conscientização para prevenção da COVID-19, incluindo a distribuição de materiais informativos e a promoção de medidas de distanciamento social.

Essas informações estão disponíveis nos portais de notícias oficiais do Amapá, que relatam detalhadamente as atividades e cooperações entre os dois países para melhorar a saúde pública nas regiões de fronteira e demonstram a importância e avanços a partir de reuniões estabelecidas pela CMT.

## **FRONTEIRAS DE INTENÇÕES**

Em 2017, a abertura da ponte binacional entre o Brasil e a Guiana Francesa foi um marco significativo, com expectativas de avanços na cooperação entre os dois países, especialmente na área da saúde. Em janeiro de 2017, a ponte foi aberta provisoriamente, permitindo ensaios operacionais para a futura colaboração entre as autoridades dos dois países. Em março de 2017, a inauguração oficial da ponte foi celebrada, simbolizando a nova rota terrestre que ligaria o Brasil à União Europeia, prometendo impulsionar o desenvolvimento econômico na região.

Ainda em 2017, o Governo Federal promulgou um decreto de cooperação transfronteiriça em casos de emergência, que havia sido acordado em 2012. Durante o mesmo ano, o Comitê Gestor Transfronteiriço do GEA realizou reuniões em Oiapoque, onde foram discutidos avanços nas propostas de cooperação, incluindo a criação de um Plano Operacional de Saúde para o biênio 2017/2018, focando em emergências e doenças zoonóticas na região de fronteira.

Em julho de 2017, uma reunião em Oiapoque abordou a elaboração do plano de socorro em caso de desastres e a promoção da saúde nos dois lados do rio Oiapoque. O Comitê apresentou 14 projetos na área de saúde para financiamento pelo Fundo Europeu, visando beneficiar a população da região e a formação de profissionais. Em agosto de 2017, durante a I Reunião do Subgrupo Temático Urgência e Emergência, foram iniciadas discussões para integrar os serviços de urgência e emergência entre Oiapoque e Saint-Georges, fortalecendo a assistência à saúde e a transferência de pacientes.

Em 2018, o protocolo para serviços de urgência e emergência foi concretizado,

visando desburocratizar os atendimentos e melhorar a comunicação entre os serviços de saúde dos dois países. A então Diretora do Hospital de Oiapoque, Lisiane Souza<sup>7</sup>, destacou as dificuldades enfrentadas durante o traslado de pacientes e a necessidade de estabilização antes da transferência para hospitais na Guiana Francesa. Segundo Lisiane Souza:

As principais dificuldades dizem respeito à demora no traslado dos pacientes que precisam ser atendidos, urgentemente. Para serem encaminhados para Guiana Francesa, o 7º Grupamento Bombeiro Militar (GBM) de Oiapoque precisa entrar em contato com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) de Macapá, para tomar as providências de remoção do paciente até a Ponte Binacional. De lá, o passageiro troca de veículo e segue viagem até o Centro Hospitalar Andrée Rosemon, em Caiena, capital da Guiana Francesa (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2018).

Sendo assim, a mobilidade entre os dois países, especialmente em emergências, é um fator crítico. A necessidade de pacientes brasileiros serem transferidos para a Guiana Francesa para tratamento pode resultar em um aumento na carga sobre os serviços de saúde guianenses, além de complicações adicionais para os pacientes, que enfrentam riscos durante o traslado.

Em 2019, dados do GEA mostraram que 20 pacientes brasileiros foram transferidos para a Guiana Francesa e 18 estrangeiros receberam assistência no Hospital de Oiapoque. Um termo foi assinado para disponibilizar tradutores, facilitando a comunicação entre os médicos durante as transferências. Na XI Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça em 2019, foi proposta a colaboração entre equipes multiprofissionais do Amapá e da Guiana Francesa para estabelecer protocolos de transporte de pacientes<sup>8</sup>.

Em 2020, segundo o portal oficial do Governo do Estado do Amapá<sup>9</sup>, um paciente, de 13 anos, que estava internado no Hospital Estadual de Oiapoque (HEO), foi salvo devido o Acordo de Cooperação para o atendimento de urgência e emergência na área de fronteira entre Brasil e França. O jovem foi transferido para um hospital em Caiena.

Em 2020, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios, mas em 2023, o Governo

---

<sup>7</sup> Visto

em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/amapa-e-guiana-francesa-firmam-cooperacao-tecnica-para-aperfeicoar-servicos-de-saude-na-fronteira/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

<sup>8</sup> Visto

em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0407/amapa-e-guiana-francesa-atuarao-juntos-na-transferencia-de-paciente-s-na-fronteira>>. Acesso em: 01 de outubro. 2024.

<sup>9</sup> Visto

em: <<https://www.pge.ap.gov.br/noticia/1102/acordo-possibilita-transferencia-de-paciente-de-oiapoque-para-caiena>>. Acesso em: 01 de outubro. 2024.

do Amapá e da Guiana Francesa propuseram a criação de um centro para vigilância epidemiológica na fronteira, visando monitoramento e prevenção de doenças. Além disso, foram discutidas redefinições na pactuação transfronteiriça para melhorar os atendimentos de saúde e agilizar a travessia de pacientes pela ponte.

Em 2023, segundo o portal de notícias G1<sup>10</sup>, uma adolescente indígena karipuna de 15 anos, após ser violentada e afogada em Oiapoque, foi transferida para um hospital na Guiana Francesa, onde foi atendida e permaneceu internada, porém, infelizmente veio a falecer. Um caso trágico, mas que evidencia a necessidade dessas redefinições transfronteiriças.

As redefinições na pactuação transfronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa representam um passo importante em direção a um sistema de saúde mais integrado e eficiente. Ao priorizar a agilidade na travessia de pacientes e a implementação de protocolos claros, os dois países estão se comprometendo a melhorar a saúde de suas populações. Essa colaboração não só fortalece a resposta a emergências de saúde, mas também estabelece um modelo de cooperação que pode ser replicado em outras regiões de fronteira, promovendo um atendimento mais eficaz e humano.

Em 2024, Brasil e França assinaram declaração de intenções na área da saúde, documento que contempla grandes áreas de trabalho conjunto, como fortalecimento dos sistemas de saúde e promoção da ciência e tecnologia. O acordo foi firmado no Planalto, na ocasião da visita do presidente francês Emmanuel Macron, com a representação de um passo significativo na cooperação bilateral, com implicações importantes para ambos os países.

A declaração de intenções abrange várias grandes áreas de colaboração, incluindo o Fortalecimento dos Sistemas de Saúde, onde uma das principais metas é aprimorar a capacidade dos sistemas de saúde tanto no Brasil quanto na França. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a equidade no acesso a serviços de saúde, a melhoria na infraestrutura hospitalar e a capacitação de profissionais de saúde; Promoção da Ciência e Tecnologia, em que a declaração destaca a importância da ciência e tecnologia na saúde, incentivando a pesquisa conjunta e o desenvolvimento de inovações que possam beneficiar as populações e o Combate a Doenças Infecciosas, como colaboração em vigilância epidemiológica, troca de dados sobre surtos e desenvolvimento de vacinas, que é uma prioridade que poderá aumentar a capacidade de resposta a futuras emergências

---

<sup>10</sup> Visto em:

<<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/09/17/adolescente-indigena-estuprada-e-afogada-em-lama-na-fronteira-entre-o-brasil-e-a-guiana-francesa-morre-apos-4-dias-internada.ghml>>. Acesso em: 16 de outubro. 2024.

sanitárias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da ineficiência e/ou incapacidade dos governos centrais em atender todas as demandas de seus governos subnacionais, atores que nos interessa neste trabalho, abriu-se espaço para que eles busquem alternativas para atender às suas necessidades, principalmente, as socioeconômicas e políticas; especialmente os entes subnacionais que gozam de autonomia política e administrativa. Desse modo, é cada vez maior o número de governos subnacionais que encontram no âmbito internacional um vasto campo de possibilidades e oportunidades para promover desenvolvimento para as suas regiões.

Os contatos dos governos subnacionais internacionalmente se dão de maneira formal e informal com entidades estrangeiras públicas e/ou privadas, sendo previstos ou não nos textos constitucionais dos seus respectivos países. Dentro do estudo das relações internacionais, atores subnacionais, como estados federados, agindo internacionalmente é comumente chamado de paradiplomacia.

A paradiplomacia entre o Amapá e a Guiana Francesa tem avançado significativamente nas últimas décadas, com a construção de infraestruturas, a assinatura de acordos de cooperação e a atuação conjunta em áreas como saúde e meio ambiente. Essa relação transfronteiriça tem contribuído para a integração regional e o desenvolvimento sustentável da região. No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de uma maior coordenação entre os diferentes níveis de governo, o fortalecimento da capacidade institucional dos entes subnacionais e a regulamentação da paradiplomacia no ordenamento jurídico brasileiro. Investir nessas áreas é fundamental para potencializar os resultados da atuação internacional do Amapá e consolidar sua posição como um ator relevante no cenário internacional.

Especificamente no âmbito da saúde, apesar dos avanços, a paradiplomacia na saúde enfrenta desafios significativos, incluindo a necessidade de coordenação eficaz entre os diferentes níveis de governo e a superação de barreiras burocráticas. A pandemia de COVID-19 destacou a importância de uma resposta coordenada e a urgência de protocolos que possam ser rapidamente implementados em emergências. A experiência adquirida durante a pandemia pode servir como um catalisador para fortalecer ainda mais essa cooperação.

A criação de mecanismos de cooperação, como a Comissão Mista Transfronteiriça

Franco Brasileira, tem facilitado o diálogo e a implementação de ações conjuntas. Essas iniciativas são essenciais para garantir que as populações de ambos os lados da fronteira tenham acesso a serviços de saúde adequados, especialmente em um contexto em que doenças não respeitam barreiras geográficas.

A paradiplomacia entre o Amapá e a Guiana Francesa no âmbito da saúde tem se mostrado uma estratégia fundamental para enfrentar os desafios de saúde pública nas regiões de fronteira. Através de acordos e iniciativas conjuntas, os dois territórios buscam não apenas fortalecer seus sistemas de saúde, mas também promover uma abordagem integrada que reconheça a interdependência das populações que habitam essas áreas.

Em suma, a paradiplomacia entre o Amapá e a Guiana Francesa no âmbito da saúde representa uma oportunidade valiosa para promover a saúde pública e melhorar a qualidade de vida das populações fronteiriças. Através de uma colaboração contínua e da implementação de políticas integradas, é possível enfrentar os desafios de saúde de forma mais eficaz, garantindo que as necessidades das comunidades sejam atendidas de maneira equitativa e eficiente. O fortalecimento dessa parceria não apenas beneficia as regiões envolvidas, mas também serve como um modelo de cooperação transfronteiriça que pode ser replicado em outras áreas do Brasil e em suas fronteiras e ainda, abrir caminhos observáveis sobre essas práticas.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BORZEL, T. A. (2011). **When Europe Hits Home: Europeanization and Domestic Change**. *European Integration Online Papers (EIoP)*, 15(1).

BORZEL, T. A., & Risse, T. (2016). **From the Europeanization of Domestic Politics to the Domestic Politics of Europeanization: The Case of the European Union**. In *The Oxford Handbook of the European Union*.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 303.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Amapá e Guiana Francesa firmam cooperação técnica para aperfeiçoar serviços de saúde na fronteira**. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/amapa-e-guiana-francesa-firmam-cooperacao-tecnica-para-aperfeiçoar-servicos-de-saude-na-fronteira/>>. Acesso em: 21 de agosto de 2024.

DUCHACEK, I. **The international relations of subnational governments: the case of Canada**. Political Science Quarterly, [S.l.], v. 101, n. 4, p. 639-652, 1986.

FIGUEIREDO, D.; MORAIS, P.; ROSSETTI, V. **Catalunha: o movimento separatista na Espanha**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/catalunha-movimento-separatista-espanha/>>. Acesso em: 16 de outubro. 2022.

G1. **Morre adolescente indígena estuprada e afogada em lama na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2023/09/17/adolescente-indigena-estuprada-e-afogada-em-lama-na-fronteira-entre-o-brasil-e-a-guiana-francesa-morre-apos-4-dias-internada.ghtml>>. Acesso em: 16 de outubro. 2024.

GOMES, F. G. **A Paradiplomacia Subnacional No Brasil: Uma análise da política de atuação internacional dos governos estaduais fronteiriços da Amazônia**. UNB: Brasília, 2011. 276 p.

GONÇALVES, F. N. P. **A atuação internacional do Estado do Amapá: Um estudo das reuniões da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (1997-2019)**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteiras) – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ – GEA. **Acordo possibilita transferência de paciente de Oiapoque para Caiena**. 2020. Disponível em: <https://www.pge.ap.gov.br/noticia/1102/acordo-possibilita-transferencia-de-paciente-de-oiapoque-para-caiena>. Acesso em: 01 de outubro. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - GEA. **Amapá e Guiana Francesa atuarão juntos na transferência de pacientes na fronteira**. 2019. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0407/amapa-e-guiana-francesa-atuarao-juntos-na-transferencia-de-pacientes-na-fronteira>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ – GEA. **Oiapoque**. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/conheca/oiapoque>>. Acesso em: 16 de setembro de 2023.

IGNACIO, J. **O que é paradiplomacia?**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/paradiplomacia/>>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

JUNQUEIRA, C. G. B. **Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 83, p. 43-68, março de 2017.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 2. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1989. p. 8.

KUZNETSOV, A. **Theory and practice of paradiplomacy: subnational governments in international affairs**. London; New York: Routledge. 2015.

NAFES, S. **Ponte Binacional: acordo permite operações com isenções aduaneiras.** <<https://selesnafes.com/tag/ponte-binacional/>>. Acesso em: 28 de setembro. 2024.

NUNES, C. J. S. **A Paradiplomacia no Brasil: O caso do Rio Grande do Sul.** Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais, UNIFAP, 2005.

PORTO, J. L. R. **Reflexões sobre a condição periférico-estratégica da fronteira amapaense.** Para Onde!? Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 5 (Especial): 63- 75, ago./dez. 2011. 13 p.

SANTOS, A. L.; SANTOS, A. L. S. **A Fronteira Franco-Brasileira e Suas Implicações na Implementação de Políticas Públicas em Segurança.** Acesso em: 30 de setembro de 2022.

SANTOS, B. S. **Os processos da globalização.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 26.

SILVA, G.V.; RÜCKERT, A.A. 2009. **A fronteira Brasil-França,** Confins [Online], 7. Posto online em 31 out. 2009.

SOLDATOS, P. **Subnational governments in international affairs: a comparative perspective.** International Studies Quarterly, [S.l.], v. 34, n. 3, p. 245-265, 1990.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. **Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense.** Intellector (CENEGRI. Online), v. XI, 2015. p. 129-147.

VIGEVANI, T. **Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros.** São Paulo, n. 83. 2017.